

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

261 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 12 a 16 de janeiro de 2026

1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO EUROPEIA	1
2. ACORDO UE-MERCOSUL -ASSINATURA	2
Desenvolvimentos no Parlamento Europeu e impacto no processo de ratificação	3
3. APOIO FINANCEIRO À UCRÂNIA - PROPOSTAS LEGISLATIVAS	4
4. GRONELÂNDIA - DESENVOLVIMENTOS	4
Academia	5
5. FRONTEX - MIGRAÇÕES E TRAVESSIAS IRREGULARES	6
6. PARLAMENTO EUROPEU	8
Segurança e Defesa	8
Transporte aéreo - direitos dos passageiros	8
7. CURSO DE JORNALISMO PARLAMENTAR	8
8. AGENDA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9

1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO EUROPEIA

A Comissão de Assuntos Europeus organiza, anualmente, uma **audição pública sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia (PTCE)**, enquanto instrumento central de diálogo político entre a Comissão Europeia e a Assembleia da República. Em 2026, a audição realizou-se a 13 de janeiro (detalhe [aqui](#)) e contou com a participação da Comissária Europeia responsável pela Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e Mercado de Capitais, Maria Luís Albuquerque, reunindo Deputados da Assembleia da República, Deputados portugueses ao Parlamento Europeu, representantes das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, bem como membros do corpo diplomático. O objetivo assumido foi o de promover um debate aprofundado sobre as prioridades europeias para 2026 e contribuir para a seleção das iniciativas de maior relevância nacional que serão objeto de escrutínio parlamentar ao longo do ano. O vídeo está disponível [aqui](#).

Na abertura da sessão, o Presidente da Assembleia da República, **José Pedro Aguiar-Branco** (discurso [aqui](#)), sublinhou o valor institucional e democrático desta audição enquanto *“boa prática que aproxima a Comissão Europeia dos Parlamentos nacionais, no espírito do Tratado de Lisboa”*, reforçando a transparência e a cidadania europeia. Enquadrando o PTCE num contexto de acelerada imprevisibilidade geopolítica, destacou que o lema *“O momento da independência europeia”* traduz a necessidade de uma União mais capaz de adaptação, decisão célere e inovação, capaz de responder de forma integrada aos desafios da defesa, da economia, da ciência, da tecnologia e da democracia. Sublinhou ainda o papel central dos Parlamentos nacionais na construção europeia, recordando, com Jean Monnet, que *“não há futuro para os povos da Europa que não passe pela união”*.



A Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, **Edite Estrela**, enquadrou o Programa de Trabalho para 2026 num cenário internacional particularmente exigente, marcado por conflitos armados, instabilidade geopolítica, erosão do multilateralismo e ameaças crescentes às democracias. Defendeu que a União Europeia deve afirmar-se como ator global coeso e fiel aos seus valores, sublinhando que *“nada pode ser decidido sobre a Europa sem a Europa”*. Alertou para os riscos de uma autonomia estratégica que se limite ao aumento da despesa em defesa sem reforço da base industrial europeia, advertindo que tal opção poderia significar *“financiar dependências externas em vez de construir soberania europeia”*. Destacou ainda a centralidade da coesão social, dando particular relevo à crise da habitação como emergência europeia que exige respostas comuns, e sublinhou a necessidade de um orçamento europeu mais robusto e de recursos próprios adequados para sustentar a ambição política da União.

Na sua intervenção, a **Comissária Maria Luís Albuquerque** (discurso [aqui](#)) apresentou o PTCE 2026 como um documento de forte densidade política, salientando que este exercício *“não se trata apenas de apresentar prioridades europeias, mas de contribuir para um debate que culminará numa resolução do Parlamento português sobre a agenda europeia do próximo ano”*. Num mundo que descreveu como *“mais instável, mais competitivo e mais fragmentado”*, afirmou que 2026 é *“verdadeiramente, o momento da Europa”*, apelando a uma União capaz de proteger os seus cidadãos, criar



emprego de qualidade, apoiar as empresas e afirmar a sua autonomia estratégica, mantendo-se aberta ao mundo e firme nas suas escolhas de parceria. Sublinhou que a força europeia reside na ação conjunta e na escala europeia, defendendo que nenhum Estado-Membro pode responder isoladamente aos desafios atuais.

Desenvolvendo as prioridades do Programa, Maria Luís Albuquerque destacou o aprofundamento do mercado interno como eixo central da competitividade europeia, defendendo a remoção de barreiras à livre circulação de capitais, energia, serviços e conhecimento, a criação de um 28.º regime europeu para empresas e o avanço da União da Poupança e dos Investimentos, permitindo que “os cidadãos possam colocar a sua poupança a trabalhar” e melhorando o financiamento às empresas inovadoras. Sublinhou ainda iniciativas estruturantes nos domínios da energia, do digital, da indústria, da segurança e dos empregos de qualidade, bem como o compromisso com uma simplificação regulamentar aprofundada, assegurando que esta será prosseguida “*sem nunca comprometer os nossos padrões sociais, ambientais ou de proteção do consumidor*”.

Por fim, a Comissária deu particular relevo ao próximo Quadro Financeiro Plurianual, considerando-o decisivo para remover bloqueios estruturais, investir na integração do mercado único e reforçar a competitividade europeia. Referindo-se diretamente a Portugal, salientou que a articulação entre prioridades nacionais e europeias constitui uma oportunidade estratégica e que o diálogo com a Assembleia da República é “*um passo fundamental*” nesse caminho. Concluiu apelando à responsabilidade coletiva, sublinhando que a diferença entre ambição e resultados dependerá da capacidade de transformar prioridades em decisões concretas e estas em benefícios tangíveis para os cidadãos europeus, contando com Portugal como parceiro ativo e construtivo neste esforço comum.

Seguiu-se um período de debate com intervenções dos vários Deputados e o encerramento foi feito pelo Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel.



2. ACORDO UE-MERCOSUL -ASSINATURA

A União Europeia e o **Mercosul** (Argentina, o Brasil, Paraguai e Uruguai) deverão assinar, no sábado, 17 de janeiro de 2026, o aguardado acordo de comércio livre. A cerimónia terá lugar no Paraguai e contará com a presença da Presidente da Comissão Europeia, **Ursula von der Leyen**, acompanhada pelo Presidente do Conselho Europeu, **António Costa**.

Isto segue-se à aprovação, pelo Conselho da UE (votando por maioria qualificada), da assinatura de dois instrumentos centrais que estruturam a nova relação entre a UE e o **Mercosul**: o **Acordo de Parceria UE-Mercosul (EMPA, [aqui](#))** e o **Acordo Comercial Interino (iTA, [aqui](#))**. Em conjunto, estes acordos representam um marco histórico após mais de 25 anos de negociações, estabelecendo um quadro moderno e abrangente para o diálogo político, a cooperação e as relações comerciais entre a UE e a Argentina, o Brasil, o

Paraguai e o Uruguai. O EMPA integra, num único enquadramento, dimensões políticas, de cooperação setorial e de comércio e investimento, reforçando a coordenação em áreas como desenvolvimento sustentável, clima, digital, direitos humanos, mobilidade, segurança e cooperação multilateral. Após a assinatura, partes significativas do acordo político e de cooperação serão aplicadas provisoriamente, ficando a sua entrada plena em vigor dependente do consentimento do Parlamento Europeu e da ratificação por todos os Estados-Membros da UE.

Em paralelo, o Acordo Comercial Interino permitirá antecipar os benefícios económicos do pilar comercial do EMPA, através de reduções tarifárias, maior acesso a mercados e abertura de oportunidades em setores-chave como agricultura, indústria automóvel, produtos farmacêuticos, químicos, serviços digitais e financeiros, bem como contratação pública. Por se inserir na competência exclusiva da UE, o iTA não requer ratificação nacional e vigorará até à entrada em vigor do acordo de parceria completo. Para responder a preocupações específicas do setor agrícola, o Conselho introduziu mecanismos transitórios de salvaguarda bilateral, permitindo à Comissão agir rapidamente em caso de perturbações de mercado, assegurando um elevado nível de proteção aos produtores europeus. No seu conjunto, os acordos reforçam a dimensão estratégica da parceria UE-Mercosul, criam a maior zona de comércio livre do mundo — com mais de 700 milhões de consumidores — e afirmam-se como um instrumento relevante num contexto de incerteza geopolítica e de reconfiguração das cadeias globais de comércio.

Toda a informação, incluindo os textos detalhados do acordo, está disponível [aqui](#).

Desenvolvimentos no Parlamento Europeu e impacto no processo de ratificação

Os presidentes dos grupos políticos no Parlamento Europeu confirmaram, na quarta-feira, 14 de janeiro, a **realização de um voto em sessão plenária, marcado para 21 de janeiro, sobre a eventual submissão do acordo comercial UE–Mercosul ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE)**, com o objetivo de avaliar a sua compatibilidade com os Tratados da União. Esta iniciativa retoma uma resolução apresentada em novembro por 145 Deputados, oriundos de cinco grupos políticos — PPE, S&D, Renew Europe, Vets/ALE e A Esquerda — representando 21 nacionalidades diferentes, cuja votação havia sido então adiada. Caso esta solicitação de parecer jurídico obtenha maioria em plenário, o processo de ratificação do acordo comercial ficará suspenso até à decisão do Tribunal. A resolução em causa pode ser consultada [aqui](#).

Em paralelo, o Parlamento Europeu deverá pronunciar-se sobre o regulamento relativo à cláusula de salvaguarda no âmbito do acordo UE–Mercosul, resultante de um acordo em trólogo com o Conselho. O voto está previsto para a sessão plenária de fevereiro, após aprovação prévia na comissão do Comércio Internacional (INTA) no final de janeiro (cfr. Síntese n.º [260](#), ponto 2).

Quanto ao voto de consentimento do Parlamento Europeu sobre o acordo comercial, as primeiras indicações apontam para um calendário considerado “clássico”, com apreciação conjunta nas comissões INTA e Agricultura (AGRI) nos próximos meses e um voto final em plenário até junho, desde que o TJUE não seja chamado a pronunciar-se. Caso contrário, a ratificação parlamentar poderá ser adiada por vários meses.

Vários Estados-Membros, liderados pela França, mantêm uma oposição firme ao acordo UE–Mercosul, argumentando que este exporia os agricultores europeus a concorrência desleal devido a normas de produção menos exigentes na América Latina, e deixam claro que os seus esforços para travar o processo estão longe de concluídos.

O Presidente francês, Emmanuel Macron, sublinhou que a assinatura do acordo não encerra o debate,



La France a décidé de voter contre la signature de l'accord entre l'Union européenne et les pays du Mercosur.

[Traduzir post](#)

7:03 PM · 8 de jan de 2026 · 9,1 mi Visualizações



apontando para a batalha política que se seguirá no Parlamento Europeu, cujo consentimento é juridicamente indispensável para a ratificação.

Apesar disso, países favoráveis como a Alemanha e a Espanha pressionam por uma implementação rápida — eventualmente provisória — para reforçar a posição geopolítica da UE na América Latina face aos Estados Unidos e à China, embora a Comissão Europeia tenha sinalizado que, atendendo à sensibilidade política do dossiê, dificilmente avançará para a aplicação provisória antes de uma posição clara do Parlamento Europeu.

3. APOIO FINANCEIRO À UCRÂNIA - PROPOSTAS LEGISLATIVAS

A Comissão Europeia apresentou, em 14 de janeiro de 2026, um **pacote legislativo destinado a assegurar apoio financeiro contínuo à Ucrânia em 2026 e 2027 (detalhe [aqui](#))**, concretizando o compromisso político assumido pelo Conselho Europeu em dezembro de 2025 e constitui um novo marco no apoio da União Europeia à defesa, à resiliência institucional e ao funcionamento do Estado ucraniano. Demos nota desenvolvida deste tema nas demos notas nas Sínteses n.º [257](#), [258](#), [259](#) e [260](#).

O pacote assenta na criação de um empréstimo europeu no montante de 90 mil milhões de euros, baseado no artigo 212.º do TFUE, complementado por propostas de alteração ao regulamento do Ukraine Facility e ao Regulamento do Quadro Financeiro Plurianual, permitindo que o empréstimo seja garantido pela margem disponível do orçamento da União. A Comissão sublinha que esta abordagem reforça a previsibilidade do apoio europeu e confirma o papel da UE como principal parceiro financeiro da Ucrânia desde o início do conflito.

O empréstimo será estruturado em duas componentes: cerca de dois terços (60 mil milhões de euros) afetos a apoio militar, visando reforçar as capacidades de defesa da Ucrânia e a sua integração progressiva na base industrial europeia de defesa, e um terço (30 mil milhões de euros) destinado a apoio orçamental geral, assegurando a continuidade das funções essenciais do Estado e dos serviços públicos. O financiamento será realizado através de endividamento comum da UE nos mercados de capitais, sendo o empréstimo garantido pelo orçamento europeu, à semelhança de outros instrumentos recentes de assistência à Ucrânia. A Comissão mantém igualmente em aberto a possibilidade de utilizar, no futuro, os ativos russos imobilizados na União para o reembolso do empréstimo, em conformidade com o direito europeu e internacional.

Quanto aos próximos passos, as propostas legislativas foram formalmente submetidas ao Parlamento Europeu e ao Conselho, com vista a um exame e adoção rápidos. A Comissão considera essencial que o processo legislativo seja concluído em tempo útil para permitir o início dos desembolsos a partir do segundo trimestre de 2026, em linha com as conclusões do Conselho Europeu.

4. GRONELÂNDIA - DESENVOLVIMENTOS

Nas últimas semanas, a **Gronelândia** voltou ao centro da agenda política transatlântica, na sequência de declarações públicas da Administração dos Estados Unidos reiterando a necessidade de controlo do território por razões de segurança nacional. Estas posições suscitaram uma resposta de vários parceiros europeus, sublinhando que a soberania, a integridade territorial e o respeito pelo direito internacional são princípios não negociáveis.

A posição do Reino da Dinamarca foi reafirmada de forma inequívoca pela Primeira-Ministra dinamarquesa (comunicado [aqui](#)): **a Gronelândia não está à venda e os Estados Unidos não dispõem de qualquer base legal para anexar qualquer uma das três entidades que compõem o Reino da Dinamarca**. Copenhaga salientou ainda que qualquer recurso à força colocaria seriamente em causa os fundamentos da aliança transatlântica. As autoridades dinamarquesas recordaram que existem já mecanismos adequados para responder a preocupações legítimas de segurança no Ártico, nomeadamente no quadro da NATO e ao abrigo do Acordo

de Defesa de 1951 (revisto em 2004, [aqui](#)), que concede aos Estados Unidos amplas prerrogativas para atividades militares na Gronelândia, através de procedimentos acordados entre Washington, Copenhaga e Nuuk.

Este enquadramento político foi reforçado por várias iniciativas coordenadas. A 6 de janeiro, a Primeira-Ministra da Dinamarca subscreveu uma **declaração conjunta ([aqui](#)) com os Chefes de Estado ou de Governo de França, Alemanha, Itália, Polónia, Espanha e Reino Unido**, afirmando que “*a segurança no Ártico deve ser alcançada coletivamente, em articulação com os aliados da NATO, incluindo os Estados Unidos, respeitando os princípios da Carta das Nações Unidas, nomeadamente a soberania, a integridade territorial e a inviolabilidade das fronteiras*”. No mesmo dia, os Ministros dos Negócios Estrangeiros nórdicos emitiram uma declaração conjunta reiterando que “*as questões relativas à Dinamarca e à Gronelândia dizem exclusivamente respeito à Dinamarca e à Gronelândia*”. A 9 de janeiro de 2026, os líderes dos cinco partidos representados no Inatsisartut (Parlamento da Gronelândia) divulgaram igualmente uma posição comum, afirmando que o futuro da Gronelândia deve ser decidido pelos próprios gronelandeses, com base no direito internacional e na Lei do Autogoverno.

Para enquadramento adicional, mencionamos os seguintes documentos:

- **DIIS Q&A: Why Greenland is a part of the Kingdom of Denmark:** <https://www.diis.dk/en/research/why-greenland-is-a-part-of-the-kingdom-of-denmark>
- **DIIS: Why is Greenland part of the Kingdom of Denmark? A Short History:** <https://www.diis.dk/en/research/why-is-greenland-part-of-the-kingdom-of-denmark-a-short-history>

Em atualização a esta sequência de posições políticas, registaram-se desenvolvimentos relevantes em Washington. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca e da Gronelândia reuniram-se com o Vice-Presidente dos Estados Unidos e com o Secretário de Estado norte-americano. Apesar de subsistir um desacordo de fundo entre o Reino da Dinamarca e os Estados Unidos quanto ao estatuto da Gronelândia, as partes acordaram na criação de um grupo de trabalho de alto nível, destinado a explorar possíveis soluções que respondam às preocupações norte-americanas, salvaguardando simultaneamente as “*linhas vermelhas*” definidas por Copenhaga. Após o encontro, os ministros dinamarquês e gronelandês realizaram uma conferência de imprensa na Embaixada da Dinamarca (que pode ser vista [aqui](#)), tendo o Ministro dos Negócios Estrangeiros dinamarquês concedido posteriormente uma entrevista à Fox News sobre o tema (disponível [aqui](#)).

Paralelamente ao esforço diplomático, e em estreita coordenação com aliados, o Reino da Dinamarca avançou com o destacamento de uma vanguarda multinacional para a Gronelândia, com vista à preparação da chegada de forças adicionais no âmbito do exercício militar [Operation Arctic Endurance](#). O exercício visa assegurar uma presença mais permanente de tropas no território e treinar forças aliadas para operar em condições específicas do Ártico. A iniciativa traduz igualmente uma mensagem política de solidariedade aliada e de compromisso com a segurança coletiva na região. Até ao momento, **Noruega, Suécia, França, Alemanha e Reino Unido** confirmaram a sua participação no exercício, cujo enquadramento operacional foi objeto de um comunicado do Ministério da Defesa da Dinamarca (detalhe [aqui](#)).

Academia

A propósito deste tema, e no que diz respeito à política externa americana, o policy brief¹ “*How Trump is making China great again — and what it means for Europe*”, publicado em janeiro de 2026 pelo European Council on Foreign Relations (ECFR), analisa o impacto do primeiro ano do regresso de Donald

¹ O *policy brief* baseia-se num **inquérito de opinião pública realizado em novembro de 2025 a cerca de 26 mil adultos em 21 países europeus e não europeus**, conduzido pelo ECFR em parceria com a Universidade de Oxford, combinando sondagens representativas e painéis nacionais para analisar perceções globais sobre poder, alianças e a evolução da ordem internacional.

Trump à presidência dos EUA nas percepções globais de poder, com base num inquérito realizado em 21 países no final de 2025 (pode ser lido [aqui](#)). A principal conclusão é paradoxal: a abordagem “America First”, mais transacional e menos ancorada na ordem liberal internacional, está a acelerar a normalização de um mundo multipolar centrado na ascensão da China, em vez de travar a sua influência. Em grande parte do mundo — sobretudo fora do espaço euro-atlântico — cresce a convicção de que a China continuará a ganhar peso político, económico e tecnológico, sem que isso seja percecionado como uma ameaça direta. Pelo contrário, muitos países veem Pequim como um parceiro necessário ou mesmo um aliado, enquanto os Estados Unidos continuam a ser relevantes, mas já não são vistos como uma potência em ascensão.

Para a Europa, o retrato é particularmente exigente. Os europeus surgem como os mais pessimistas face ao futuro, duvidando da capacidade da União Europeia para lidar em pé de igualdade com os EUA ou com a China, ao mesmo tempo que manifestam forte preocupação com a agressão russa, a possibilidade de uma guerra em larga escala no continente e o risco nuclear. O estudo mostra ainda uma fragmentação profunda do espaço transatlântico: apenas uma minoria de cidadãos da UE considera hoje os EUA um aliado fiável, enquanto na Rússia a percepção de ameaça se deslocou de Washington para Bruxelas e, na Ucrânia, a UE passou a ser vista como o principal garante de proteção. Em contraste, em países como a China, o Brasil ou a África do Sul, a UE é cada vez mais percecionada como um ator autónomo, distinto dos EUA, o que abre oportunidades mas também expõe a falta de uma narrativa estratégica europeia clara. Os autores defendem que os líderes europeus devem ser mais honestos com os cidadãos quanto ao fim da Pax Americana e à necessidade de a Europa se afirmar como um verdadeiro polo de poder num mundo pós-ocidental.

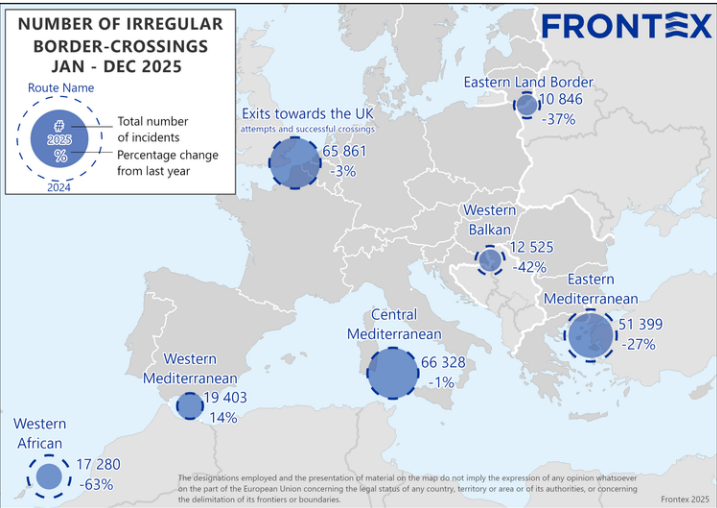
Principais conclusões (em síntese):

- A estratégia “America First” de Trump está a favorecer a ascensão global da China, legitimando um mundo multipolar menos alinhado com os EUA.
- A China é cada vez mais vista como parceiro ou aliado em grande parte do Sul Global, enquanto o receio do seu poder diminui fora de contextos específicos (Ucrânia, Coreia do Sul).
- Os EUA continuam influentes, mas poucos acreditam que o seu poder global vá crescer; Trump é percecionado como um líder eficaz na defesa de interesses nacionais, mas menos benéfico para a ordem internacional.
- A fratura transatlântica aprofunda-se: a maioria dos europeus já não considera os EUA um aliado fiável.
- A Europa vive um “momento de pessimismo”, apesar de apoio crescente ao reforço da defesa, e carece de uma estratégia clara para se afirmar num mundo pós-ocidental.
- O estudo **apela a maior realismo e ambição estratégica europeia**, sob pena de a UE ser marginalizada entre os grandes polos de poder globais.

5. FRONTEX - MIGRAÇÕES E TRAVESSIAS IRREGULARES

A agência [Frontex](#) divulgou dados consolidados preliminares que indicam que as deteções de travessias irregulares das fronteiras externas da União Europeia diminuíram 26% em 2025, totalizando cerca de 178 mil, o que representa menos de metade dos valores registados em 2023 e o nível mais baixo desde 2021 (detalhe [aqui](#)). Apesar desta evolução positiva, a Agência alerta que a situação nas fronteiras europeias permanece volátil, uma vez que as pressões migratórias podem deslocar-se rapidamente entre rotas, em função de conflitos, instabilidade regional, atividade das redes de tráfico e tentativas de instrumentalização da migração por atores hostis para pressionar a UE.

O ano de 2026 é identificado como decisivo para a gestão das fronteiras europeias. Em junho entrará plenamente em vigor o Pacto em Migração e Asilo, a mais profunda reforma do sistema europeu dos últimos anos, coincidindo com mudanças estruturais na gestão das fronteiras, nomeadamente a implementação integral do Sistema de Entrada/Saída (EES) e o lançamento previsto do ETIAS mais tarde no ano. A Frontex admite que, na ausência de uma escalada geopolítica significativa na vizinhança imediata da UE, a tendência de redução da migração irregular por via terrestre e marítima poderá manter-se, desde que exista cooperação sustentada com países de origem e trânsito e capacidade de resposta rápida a mudanças súbitas. O Diretor Executivo, Hans Leijten, sublinhou que *“a tendência é positiva, mas os riscos não desaparecem”*, defendendo uma postura de vigilância permanente, apoio operacional aos Estados-Membros e prontidão contínua no terreno.



ROUTE	DEC 2025	JAN-DEC 2025	JAN-DEC 2024/ JAN-DEC 2025	TOP NATIONALITIES (JAN-DEC 2025)
Eastern Mediterranean	4 550	51 399	-27%	Afghanistan, Sudan, Egypt
Central Mediterranean	2 848	66 328	-1%	Bangladesh, Egypt, Eritrea
Western Mediterranean	1 750	19 403	14%	Algeria, Somalia, Morocco
Western Balkan	651	12 528	-42%	Türkiye, Afghanistan, Syria
Western African	466	17 280	-63%	Mali, Senegal, Guinea
Eastern Land Border	36	10 846	-37%	Ukraine, Somalia
Exits towards the UK	3620	65 861	-3%	Eritrea, Somalia, Afghanistan

Em termos de **rotas migratórias**, o Mediterrâneo Central manteve-se como a via mais ativa em 2025, com níveis semelhantes a 2024, sendo as partidas da Líbia um fator determinante nos fluxos para Itália. No Mediterrâneo Oriental, as deteções continuaram a diminuir, embora se tenha registado um aumento expressivo — mais do triplo — das travessias da Líbia oriental para Creta, ilustrando a rapidez com que a pressão pode mudar de eixo. A rota da África Ocidental registou a maior queda (cerca de dois terços), impulsionada pela redução acentuada das partidas da Mauritânia, Marrocos e Senegal. A rota dos Balcãs Ocidentais também apresentou uma descida significativa, apoiada por medidas de segurança reforçadas e pela cooperação operacional com a Frontex, incluindo uma nova operação conjunta lançada na Bósnia-Herzegovina em novembro de 2025. Em contraste, o Mediterrâneo Ocidental registou um aumento de deteções, sobretudo associado a maiores partidas da Argélia. As tentativas de saída em direção ao Reino Unido através do Canal da Mancha mantiveram-se em linha com 2024.

Quanto aos perfis nacionais, as nacionalidades mais frequentemente detetadas em 2025 foram Bangladesh, Egito e Afganistão, permanecendo a Líbia como principal país de partida para a maioria das nacionalidades em crescimento, o que confirma o seu papel central nos movimentos pelo Mediterrâneo Central. Apesar da redução global, os riscos no mar continuam elevados: segundo a Organização Internacional para as Migrações, pelo menos 1 878 pessoas morreram no Mediterrâneo em 2025, face a 2 573 no ano anterior. A Frontex sublinha o seu papel de apoio às autoridades nacionais através de operações conjuntas, vigilância aérea e marítima, partilha de informação em tempo real e reforço da capacidade de busca e salvamento, num contexto em que as redes criminosas continuam a recorrer a embarcações sobrelotadas e inseguras.

6. PARLAMENTO EUROPEU

Segurança e Defesa

Num relatório aprovado pela Comissão da Segurança e da Defesa (SEDE, [aqui](#)), é sublinhado que as parcerias constituem hoje uma necessidade estratégica, e não uma opção política, permitindo reforçar a autonomia estratégica da UE sem pôr em causa o carácter central da NATO nem o compromisso com o multilateralismo. Os Deputados ao Parlamento Europeu defendem o reforço das parcerias da UE em matéria de segurança e defesa como uma necessidade para responder à mais grave situação de segurança desde a Segunda Guerra Mundial e afirmar a União como ator global, sublinhando que estas parcerias reforçam a autonomia estratégica europeia sem pôr em causa a centralidade da NATO nem o multilateralismo; o relatório da Comissão SEDE identifica a Rússia como principal ameaça, caracteriza a China como concorrente estratégico e apela ao fortalecimento de um pilar europeu de defesa mais credível, interoperável e alinhado com a NATO, à expansão das parcerias com aliados e parceiros afins — incluindo no Indo-Pacífico — e ao apoio sustentado à Ucrânia, propondo a formalização de uma parceria estratégica com Kiev, o uso de ativos russos congelados para a reconstrução, bem como uma implementação estruturada, acompanhamento e escrutínio parlamentar reforçado, tendo o texto sido aprovado em comissão por 25 votos a favor, 6 contra e 1 abstenção, seguindo agora para plenário.

Transporte aéreo - direitos dos passageiros

Os Deputados ao Parlamento Europeu, através da Comissão dos Transportes e do Turismo (TRAN), reafirmaram a manutenção e o reforço dos direitos dos passageiros aéreos como prioridade política, rejeitando qualquer retrocesso face ao regime em vigor desde 2004 (detalhe [aqui](#)). No âmbito da revisão das regras europeias, a comissão definiu como “linhas vermelhas” o limiar de três horas de atraso para acesso a compensação e a preservação de indemnizações entre 300 e 600 euros, em função da distância do voo, posicionando-se contra a proposta do Conselho de elevar os limiares e reduzir o alcance das compensações. O relatório aprovado reforça igualmente a proteção prática dos passageiros, assegurando o direito ao transporte gratuito de um objeto pessoal e de uma pequena mala de cabine até 7 kg, a liberdade de escolha entre cartão de embarque digital ou em papel e a eliminação de taxas consideradas abusivas, ao mesmo tempo que consagra garantias específicas para passageiros vulneráveis — como pessoas com mobilidade reduzida, grávidas e crianças —, incluindo prioridade no embarque, assistência adequada e lugares adjacentes para acompanhantes sem custos adicionais. Para tornar os direitos mais eficazes e acessíveis, o Parlamento propõe ainda a introdução de formulários pré-preenchidos para pedidos de compensação e reembolso no prazo de 48 horas após atrasos ou cancelamentos, mantendo a obrigação de assistência aos passageiros, incluindo refeições, refrescos e alojamento até três noites. A posição foi aprovada por larga maioria em comissão e segue agora para votação em plenário.

7. CURSO DE JORNALISMO PARLAMENTAR

Tal como havíamos dado nota na Síntese n.º [249](#), a Assembleia da República e o Parlamento Europeu organizaram a **primeira edição do Curso de Jornalismo Parlamentar**, uma iniciativa conjunta destinada a reforçar a formação especializada em assuntos europeus e a aprofundar o conhecimento dos processos de decisão da União Europeia com impacto direto na legislação nacional. A primeira fase, realizada em Lisboa nos dias 15 e 16 de setembro, decorreu na Casa do Parlamento – Centro Interpretativo e centrou-se na reflexão sobre a articulação entre o jornalismo parlamentar e a legislação europeia debatida e votada na AR, sublinhando a importância de uma cobertura mediática informada e rigorosa dos assuntos europeus.

A segunda fase, que teve lugar entre 15 e 18 de dezembro no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, assumiu uma dimensão prática e imersiva, permitindo aos jornalistas acompanhar debates parlamentares, conferências de imprensa, entrevistas e sessões de trabalho, bem como contactar diretamente com Deputados ao Parlamento Europeu. A cerimónia de entrega do Prémio Sakharov foi um dos momentos de destaque da semana. Ao

promover uma divulgação mais acessível e contextualizada da atividade parlamentar europeia, o curso contribuiu para o reforço da transparência e da qualidade da democracia. Foi entretanto divulgado, nas redes sociais da Assembleia da República, um vídeo sobre o trabalho desenvolvido, cuja versão integral está igualmente disponível [aqui](#).

8. AGENDA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

Na próxima semana, terá lugar a sessão plenária do PE, destacando-se: **40.º Aniversário da adesão de Portugal e Espanha à União Europeia**, em que o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa e o Rei de Espanha Felipe VI vão discursar perante os Deputados (dia 21, às 12h00), durante uma sessão solene; **Balanço do Conselho Europeu de dezembro e votação sobre o empréstimo à Ucrânia**; **UE-Mercosul: Parlamento vota pedido de parecer ao Tribunal de Justiça e moção de censura à Comissão**; debate sobre a **situação na Venezuela**; debate sobre o **Apoio à integridade territorial e à soberania da Gronelândia**; e a **Votação do relatório sobre relações UE-EUA**.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [20 de janeiro](#), destacando-se: Lei das Redes Digitais, Lei da Cibersegurança e estratégia antirracismo.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 19 de janeiro - [Eurogrupo](#); 20 de janeiro - [Conselho \(Assuntos Económicos e Financeiros\)](#); 21 a 23 de janeiro - [Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos](#).

Bruxelas | 16 de janeiro de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)